EDITAL
CONCURSO PARA RESIDÊNCIAS MULTIPROFISSIONAL E EM ÁREA
PROFISSIONAL DA SAÚDE – 2017

A Faculdade Arthur Sá Earp Neto - FASE, a Secretaria Municipal de Saúde de Petrópolis e o Hospital Alcides Carneiro divulgam a abertura de inscrições e estabelecem as normas para o Concurso de Residências Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde para o ano de **2017**, em R1, nas áreas de Atenção Básica e Enfermagem em Terapia Intensiva, de acordo com o quadro de vagas abaixo, conforme Portaria Conjunta nº 1, de 14 de janeiro de 2015, dos Ministérios da Educação e da Saúde, publicada no Diário Oficial da União em 15 de janeiro de 2015, que homologou o resultado da seleção dos referidos Programas.

As Residências Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde são cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, regulamentadas pela Lei nº 11.129 de 2005, e Resoluções complementares da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional e são orientadas pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir das necessidades e realidades locais e regionais.

O treinamento será realizado nos serviços próprios da Faculdade Arthur Sá Earp Neto, do Hospital Alcides Carneiro e nos serviços conveniados entre a FASE e a Secretaria Municipal de Saúde e outros conforme Programa de cada área, com início em **02 de março de 2017** e duração de 02 (dois) anos, devendo ser cumprido em regime integral de 60 (sessenta) horas semanais, perfazendo um total de 5.760h, com uma bolsa auxílio no valor a ser estabelecido por resolução da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional.

PROGRAMAS E VAGAS OFERECIDOS

PROGRAMA	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	CATEGORIA PROFISSIONAL	DURAÇÃO DO PROGRAMA (EM ANOS)	CARGA HORÁRIA ANUAL	VAGAS
Residência Multiprofissional em Atenção Básica	Atenção Básica/Saúde da Família	ENFERMAGEM	02	2880h	05
		NUTRIÇÃO	02		02
		PSICOLOGIA	02		02
Total de vagas					09
Residência em Área Profissional da Saúde - Enfermagem em Terapia Intensiva	Atenção em Terapia Intensiva	ENFERMAGEM	02	2880h	04
Residência em Área Profissional da Saúde - Enfermagem Obstétrica	Enfermagem Obstétrica		02		04
Total de vagas					08

ATENÇÃO:

- O Programa de Residência em área Profissional da Saúde – Enfermagem Obstétrica está condicionado ao Credenciamento pela Comissão Nacional de Residência Multiprofissional (CNRMS) e ao financiamento de bolsas pelos órgãos governamentais. Caso haja a aprovação do Programa pela CNRMS e o financiamento das bolsas, serão convocados quantos candidatos forem necessários para ocupação das vagas ofertadas, respeitando-se a ordem de classificação geral dos candidatos inscritos para este Programa.

CALENDÁRIO DO CONCURSO PARA 2017

EVENTO	DATA
EDITAL	01/11/2016
INSCRIÇÕES ONLINE	14/11/2016 a 02/01/2017
CARTÃO DE CONFIRMAÇÃO	A partir de 16/11/2016
PROVA OBJETIVA	14/01/2017
DIVULGAÇÃO DO GABARITO	14/01/2017 às 15h
INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS À PROVA OBJETIVA	16 e 17/01/2017
RESULTADO DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS DA PROVA OBJETIVA	19/01/2017
RESULTADO FINAL	20/01/2017
MATRÍCULA	01/02/2017 a 12/02/2017
RECLASSIFICAÇÕES E MATRÍCULAS	13/02/2017 a 17/02/2017
INÍCIO DAS ATIVIDADES	02/03/2017

1 - DAS INSCRIÇÕES:

1.1 – Local:

As inscrições deverão ser efetuadas pela Internet, do dia **14 de novembro de 2016 ao dia 02 de janeiro de 2017**, através do preenchimento de formulário eletrônico, disponível no endereço <http://www.fmpfase.edu.br>.

1.2 – Taxa de Inscrição:

O candidato deverá pagar taxa de inscrição no valor de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, até o vencimento, em qualquer agência bancária, através de boleto bancário que será gerado no ato da inscrição pela Internet. **NÃO SERÃO ACEITOS PAGAMENTOS NA SECRETARIA DA FACULDADE.**

1.2.1 – Isenção do pagamento da inscrição:

Considerar-se-á isento do pagamento de taxa de inscrição o candidato que apresente uma das seguintes condições:

- I. a taxa de inscrição for superior a 30% (trinta por cento) do vencimento/salário mensal do candidato, quando não tiver dependente;
- II. a taxa for superior a 20% (vinte por cento) do vencimento/salário mensal do candidato e o mesmo possuir até dois dependentes;
- III. a taxa for superior a 10% (dez por cento) do vencimento/salário mensal do candidato e o mesmo tiver mais de dois dependentes;
- IV. o candidato declarar-se impossibilitado de arcar com o pagamento da taxa de inscrição e comprovar renda familiar mensal igual ou inferior a três salários mínimos ou renda individual igual ou inferior a dois salários mínimos;
- V. inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, devendo indicar o Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo CadÚnico; e
- VI. comprovar ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135/2007.

O candidato estará obrigado a comprovar que não custeou, com recursos próprios, curso preparatório para o processo seletivo para ingresso no Programa de Residências

Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde para o qual se candidata e, ainda, ser egresso de instituição de ensino superior pública ou ter sido beneficiário de bolsa de estudo oficial.

Para requerer isenção do pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá preencher o formulário disponível na página de inscrição.

As informações prestadas, bem como a documentação apresentada serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo responder, a qualquer momento, por crime contra fé pública, o que acarretará sua eliminação do processo seletivo.

1.3 – Poderão inscrever-se:

1.3.1 – Para o Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica: enfermeiros, nutricionistas e psicólogos que tenham concluído o curso até o ano de **2016**.

1.3.2 – Para o Programa de Residência em Área Profissional da Saúde em Enfermagem em Terapia Intensiva e Enfermagem Obstétrica: enfermeiros que tenham concluído o curso até o ano de **2016**.

1.4 – O Candidato somente poderá concorrer a uma única vaga e para uma única área.

1.4.1 - O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar no campo reservado do formulário de inscrição, a natureza da necessidade dos recursos especiais e, ainda, enviar cópia simples do CPF e do laudo médico (com assinatura e carimbo constando o número do registro profissional) justificando a solicitação até o dia **02 de janeiro de 2017** (ÚLTIMO DIA PARA ENVIO DE DOCUMENTOS), exclusivamente através de serviço de envio expresso, como por exemplo, o SEDEX da EBCT, para Avenida Barão do Rio Branco, nº 1003, Centro, Petrópolis/RJ - CEP: 25680-120, aos cuidados da SERAC.

1.4.2 - A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar Atendimento Especial para tal fim, deverá levar um (a) acompanhante no dia das provas, que ficará em sala reservada, com a responsabilidade da guarda da criança. Não haverá compensação de tempo de amamentação ao tempo de prova da candidata. A amamentação se dará quando necessária, porém a candidata não terá a companhia do acompanhante nesse momento, mas sim de um fiscal. A candidata que não levar acompanhante não poderá realizar as provas.

1.4.3 - O atendimento às condições especiais solicitadas para a realização da prova ficará sujeito à análise de viabilidade e de razoabilidade da solicitação. O candidato será informado por mensagem de e-mail das condições que serão oferecidas.

1.4.4 - Não serão concedidas condições especiais para a realização da prova ao candidato que não as solicitar no momento da efetivação da inscrição ou até a data prevista no item 1.4.1 deste Edital.

1.4.5 - O descumprimento das instruções para a inscrição implicará a sua não efetivação.

1.4.6 - O candidato que fizer qualquer declaração falsa ou inexata durante qualquer época do Processo Seletivo, ou que não possa satisfazer todas as condições enumeradas neste Edital, terá cancelada a sua inscrição e serão anulados todos os atos dela decorrentes, independentemente do resultado das provas.

1.4.7 - O candidato que não observar o disposto no item 1.4.1, realizará a prova nas mesmas condições dos demais candidatos.

1.5 - O cartão de confirmação da inscrição estará disponível na Internet, no endereço, <http://www.fmpfase.edu.br>, a partir do **dia 16 de novembro de 2016**, sendo este documento comprobatório da inscrição no Concurso de Residência Multiprofissional e em Residência em Área Profissional da Saúde e obrigatória a sua apresentação para a realização da prova.

1.6 - Qualquer informação incorreta verificada no cartão de inscrição deverá ser retificada, no ato da retirada, através de solicitação, que deverá ser enviada para o e-mail coppex.renandra@fmpfase.edu.br, até às 16h, do dia **02 de janeiro de 2017**. Não será aceita solicitação de retificação posterior a esta data.

2 - DA SELEÇÃO:

O processo seletivo será composto por etapa única, com prova objetiva.

2.1 – DA PROVA OBJETIVA:

2.1.1. A prova objetiva será realizada no dia **14 de janeiro de 2017, às 09h**, na sede da Faculdade Arthur Sá Earp Neto (FASE), à Avenida Barão do Rio Branco, nº 1003, Centro, Petrópolis/RJ, CEP: 25.680-120, em salas a serem divulgadas na data da prova.

2.1.2 – A prova objetiva tem caráter eliminatório e classificatório, com valor final de 100 pontos:

- a. A prova de seleção para o Programa de Residência Multiprofissional em Atenção Básica será composta de 70 (setenta) questões objetivas, com duração de 4 (quatro) horas. A mesma versará sobre os conteúdos do Sistema Único de Saúde – SUS, Atenção Básica e questões específicas relacionadas a cada categoria profissional.
- b. A prova de seleção para o Programa de Residência Profissional em Área da Saúde em Enfermagem em Terapia Intensiva será composta de 70 (setenta) questões, com duração de 4 (quatro) horas. A mesma versará sobre os conteúdos do Sistema Único de Saúde – SUS, Intensivismo e questões específicas.
- c. A prova de seleção para o Programa de Residência Profissional em Área da Saúde em Enfermagem Obstétrica será composta de 70 (setenta) questões, com duração de 4 (quatro) horas. A mesma versará sobre os conteúdos do Sistema Único de Saúde – SUS, Rede Cegonha e questões específicas.

2.1.3 – ESTARÃO AUTOMATICAMENTE DESCLASSIFICADOS DO PRESENTE CONCURSO OS CANDIDATOS QUE ACERTAREM MENOS DA METADE DAS QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA.

2.1.4 – Casos omissos durante a execução da prova serão resolvidos pelo representante da Comissão de Execução da Prova.

2.1.5 – As referências bibliográficas para todas as provas de seleção encontram-se no item 6 deste Edital.

2.1.6 – O gabarito da prova objetiva será divulgado às **15h**, após o encerramento da mesma, no site <http://www.fmpfase.edu.br>.

2.2 – DOS RECURSOS:

2.2.1 - O candidato poderá interpor recurso contra o gabarito da prova objetiva nos dias **16 e 17 de janeiro de 2017, das 9h às 16h**, sendo que cada candidato só poderá apresentar um recurso por questão.

Ao fazê-lo, deverá efetuar o recolhimento de taxa no valor de **R\$ 30,00** (trinta reais) por cada recurso, a ser pago na Tesouraria da FASE, anexando a cópia do recibo ao requerimento que deverá ser protocolado na Secretaria da FASE, à Avenida Barão do Rio Branco, 1003 – Centro – Petrópolis/RJ. Somente serão aceitos recursos entregues pessoalmente ou através de procuração com firma reconhecida em cartório.

2.2.2 - Os recursos deverão ser fundamentados de acordo com as referências bibliográficas constantes deste Edital, sendo indeferidos os que não obedecerem a tal sistemática ou forem entregues fora do prazo.

2.2.3 - As questões anuladas terão seus pontos atribuídos a todos os candidatos. Da decisão final da banca não caberá recurso.

2.2.4 - O resultado dos recursos e da prova objetiva será divulgado no **dia 19 de janeiro de 2017**, através da Internet, no endereço <http://www.fmpfase.edu.br>.

3 - DO RESULTADO FINAL:

3.1 – A classificação será de acordo com a nota obtida pelo candidato em ordem decrescente de pontuação.

3.2 - Se houver empate no resultado serão considerados para fins de desempate, os seguintes critérios:

- Maior nota nas questões de conteúdos específicos; prosseguindo o empate;
- Maior nota nas questões de conteúdos do Sistema Único Saúde – SUS, e, prosseguindo o empate;
- Maior nota nas questões de conteúdos de Atenção Básica/ Intensivismo/ Rede Cegonha;
- Maior idade.

3.3 – O resultado final, contendo a relação de todos os aprovados, será divulgado no **dia 20 de janeiro de 2017**, a sede da FASE e/ou pela Internet, no endereço: <http://www.fmpfase.edu.br>.

3.4 – Caso o número de vagas não seja preenchido após a divulgação do resultado final, serão convocados os candidatos subsequentes na lista de classificação.

3.5 – As vagas deverão ser preenchidas até trinta (30) dias após o início dos Programas conforme legislação em vigor.

4 - DA MATRÍCULA:

4.1 – Os candidatos classificados para o número de vagas de cada Programa deverão apresentar-se na sede da Faculdade Arthur Sá Earp Neto (FASE), à Avenida Barão do Rio Branco, nº 1003, Centro, Petrópolis/RJ, CEP: 25.680120, entre os dias **01 de fevereiro a 12 de fevereiro de 2017**, para efetivação da matrícula, munidos dos seguintes documentos:

- 3 (três) retratos com fundo branco 3x4 recentes;
- Original e 3 (três) cópias da carteira de Identidade;
- Original e 3 (três) cópias do CPF;
- Original e 3 (três) cópias da certidão de casamento ou nascimento;
- Original e 3 (três) cópias de comprovante de residência;
- Original e 3 (três) cópias do título de eleitor;
- Original e 3 (três) cópias do Certificado de Reservista ou alistamento militar, se do sexo masculino;
- Original e 3 (três) cópias da carteira profissional de trabalho (páginas: identificação, qualificação civil e registro do último contrato ou ainda sem registro)
- Original e 3 (três) cópias da Inscrição como autônomo da Previdência Social/CNIS;
- Original e 3 (três) cópias do Diploma de Graduação ou Declaração de Conclusão do Curso;
- Original e 3 (três) cópias da Carteira de Identidade Profissional ou Protocolo de Inscrição no Conselho Profissional;
- Original e 3 (três) cópias do Comprovante de pagamento da anuidade do Conselho Profissional;
- Original e 3 (três) cópias da Autorização do Conselho Profissional-RJ para cursar o Programa de Residência Multiprofissional ou Residência Profissional em Área da Saúde (se candidato oriundo de outro estado);
- Comprovante de revalidação de diploma ou processo de revalidação em andamento em instituição pública, de acordo com a legislação vigente, para o candidato estrangeiro ou brasileiro que fez a graduação no exterior.

OBSERVAÇÃO: Para o recebimento da bolsa, o candidato deverá possuir conta corrente no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

4.2 – A apresentação da documentação que caracteriza a formação profissional necessária para matrícula nos Programas é de inteira responsabilidade do candidato. A não apresentação da mesma impedirá que o candidato realize a matrícula e assuma a vaga disponível, mesmo que aprovado no processo seletivo. Os documentos originais serão devolvidos no ato da matrícula, após a autenticação das cópias.

4.3 – O candidato que não apresentar o Registro Profissional ou a Autorização do Conselho Profissional-RJ, terá prazo até **28 de fevereiro de 2017** para apresentação do registro no Conselho Profissional, sob pena de desligamento automático do Programa de Residência Multiprofissional ou Residência Profissional em Área da Saúde.

4.4 – O candidato que não comparecer, pessoalmente ou por representação legal (procuração com firma reconhecida em cartório), na data divulgada para matrícula será considerado desistente, perdendo o direito à vaga.

4.5 – Todos os residentes matriculados deverão se apresentar, no dia **02 de março de 2017, às 09h**, no Campus da FASE/FMP, à Avenida Barão do Rio Branco, nº 1003 – Centro – Petrópolis/RJ, para início das atividades.

4.6 – Será considerado desistente, o candidato classificado e matriculado que formalizar sua desistência ou não comparecer às suas atividades nos Programas de Residência que trata o presente Edital, no período de 72 (setenta e duas) horas após o início das atividades. Caracterizada a desistência, os candidatos remanescentes poderão ser convocados para iniciar suas atividades no prazo de até 30 (trinta) dias, obedecendo à ordem de classificação.

5 - DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 – A taxa de inscrição não será devolvida em hipótese alguma.

5.2 – O candidato é responsável por qualquer erro no preenchimento da Ficha de Inscrição, pela prestação de declaração falsa ou pela não apresentação dos documentos necessários para a matrícula.

5.3 – Terá sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que utilizar para sua realização, o CPF de terceiro.

5.4 – É responsabilidade do candidato manter seu endereço eletrônico e telefone atualizados, até que se expire o prazo de validade do processo seletivo para viabilizar os contatos necessários.

5.5 – A Faculdade Arthur Sá Earp Neto não se responsabiliza por solicitações de inscrição via Internet, **NÃO RECEBIDAS POR QUAISQUER MOTIVOS**, sejam os de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, por procedimentos indevidos dos usuários.

5.6 – Os documentos entregues no ato da inscrição não serão devolvidos.

5.7 – Os candidatos deverão comparecer ao local das provas com 1 (uma) hora de antecedência (8:00h), portando o Cartão de Confirmação de Inscrição, documento de identidade (original) com foto e caneta esferográfica (tinta preta ou azul).

5.8 – É de responsabilidade exclusiva do candidato, tomar ciência do dia, horário e local de realização da prova. Nenhum candidato fará prova fora do dia, horário e local determinado.

5.9 - Não será permitida a entrada na sala de prova após o início da distribuição das provas.

5.10 - Durante a prova não será permitido nenhum tipo de consulta a livros, folhetos ou assemelhados, nem a utilização de aparelhos celulares ou outros que possibilitem a comunicação à distância.

5.11 – Não será permitida a saída do candidato do local de prova antes de decorrida uma hora do seu início.

5.12 – Os três últimos candidatos permanecerão na sala até que o último deles entregue a prova ou até que a duração da mesma tenha se esgotado.

5.13 – Antes do início da prova objetiva serão recolhidos os aparelhos eletrônicos (celulares, relógios, ou outros aparelhos de comunicação que a comissão julgar necessário). Os mesmos serão devolvidos ao fim da prova. Será desclassificado imediatamente da prova o candidato que for flagrado portando aparelhos eletrônicos, mesmo que desligados.

5.14 – Será eliminado o candidato que:

- agir com desrespeito em relação a qualquer membro da equipe do Concurso, em qualquer; de suas fases;
- durante a aplicação das provas for surpreendido em comunicação de qualquer natureza, com outro candidato, ou descumprir o item anterior;
- for responsável por identificação pessoal falsa.

5.15 – O candidato regularmente matriculado que tenha sido designado à prestação de serviço militar obrigatório terá assegurada vaga nos Programas de Residências Multiprofissional e Profissional em Área da Saúde em cumprimento à legislação em vigor. No prazo de 10 (dez) dias após a divulgação do resultado final do concurso, o candidato deverá encaminhar requerimento por escrito à COREMU, solicitando o trancamento da matrícula por 1 (um) ano, apresentando documento comprobatório da convocação para o serviço militar.

Esta concessão será estendida aos residentes, tanto homens quanto mulheres, que se alistem voluntariamente ao Serviço Militar, desde que seu alistamento tenha sido efetuado anteriormente à matrícula no Programa no qual se classificou.

5.16 – As bolsas referentes aos Programas de Residência Multiprofissional e Profissional em Área da Saúde oferecidas por meio deste Edital serão de responsabilidade do Departamento de Gestão da Saúde (DEGES), da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério de Saúde (SGTES/MS), do Programa Nacional de Bolsas para Residências Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde.

5.17 – A inscrição no processo seletivo implicará no conhecimento e aceitação expressa das condições, normas e exigências estabelecidas neste Edital, expediente dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento. O residente deverá ter dedicação exclusiva à Residência, não podendo desenvolver outras atividades profissionais no período de realização da mesma (Lei nº 11.129/2005, artigo 13, parágrafo segundo).

5.18 – Os casos omissos serão resolvidos pela COREMU e em grau de recurso pela Direção da FASE.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Bibliografia de Referência para o conteúdo do Sistema Único de Saúde

1. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
2. _____ Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e alterações – Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
3. _____ Lei nº 12.466, de 24 de agosto de 2011. Dispõe sobre as comissões intergestores do SUS, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e suas respectivas composições, e dá outras providências.
4. _____ Lei nº 10.424, de 15 de abril de 2002. Acrescenta capítulo e artigo à Lei nº 8.080, regulamentando a assistência domiciliar no SUS.
5. _____ Lei nº 12.401 de 28 de abril de 2011. Altera a Lei nº 8.080, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do SUS.
6. _____ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Coletânea Série Pactos Pela Saúde, disponível no home Page www.saude.gov.br/dad.
7. _____ MINISTERIO DA SAUDE. A construção do SUS: História da reforma sanitária e do processo participativo. Brasília: Ministério da saúde, 2006. 300p. ISBN 85-334-1238-X.
8. _____ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 3. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2006. 52 p. il. color. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
9. _____ MINISTÉRIO DA SAÚDE, Entendendo o SUS. Brasília, 2007.
10. _____ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Educação permanente para o Controle Social no Sistema Único de Saúde – SUS. Série textos. Brasília, 2009.
11. PORTARIA Nº 4279/2010. Ministério da Saúde. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
12. PINHEIRO, Roseni. Apoiadores regionais: uma experiência brasileira. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2013. 220 p.
13. AGUIAR, Zenaide Neto (Coord). SUS: sistema único de saúde: antecedentes, percurso, perspectivas e desafios . 2. ed. São Paulo: Martinari, 2015. 272 p.

Bibliografia de Referência para o conteúdo de Atenção Básica

1. Brasil, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Caderno de Atenção Básica nº 27. Diretrizes do NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2010
2. _____ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
3. _____ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
4. _____ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, n. 39)
5. _____ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: o cuidado da pessoa tabagista / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

6. _____ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Acolhimento à demanda espontânea / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
7. _____ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção a Saúde, Departamento de Atenção Básica. - 2. ed. rev. - Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 195 p. : il. - (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 21)
8. Diário Oficial de Petrópolis-RJ 4552 de 29 de setembro de 2014.
9. CORDOBA, Elisabete. **SUS e PSF - Sistema único de saúde e estratégia saúde da família**. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2013. 296 p.
10. STARFIELD, Barbara. **Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: UNESCO, 2002. 725 p

Bibliografia de Referência para o conteúdo Intensivismo

1. _____ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Série A. Normas e Manuais Técnicos Cadernos de Atenção Básica, n. 28, Volume I Acolhimento à Demanda Espontânea Brasília: Ministério da Saúde, 2011
2. _____ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Comissão Intergestores Tripartite. Resolução nº 05 de 19 de Junho de 2013. Dispõe sobre as regras do processo de pactuação de diretrizes, objetivos, metas e indicadores para os anos de 2013-2015, com vistas ao fortalecimento do planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a implementação do Contrato Organizativo da Ação Pública de Saúde (COAP).
3. _____ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Dispõe sobre o Programa SOS Emergências no âmbito da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1663_06_08_2012.html>. Acesso em 14 dez 2012. Brasília, 2012.
4. _____ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Institui a Rede de Atenção para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no Âmbito do Sistema Único de Saúde. Portaria nº 3088, de 23/12/11. Disponível em <http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/111276-3088.html>. Brasília 2011.
5. VOLPATO, A.C.; ABELHA, C.S.; SANTOS, M.A.M. **Enfermagem em emergência**. 1. ed. São Paulo: Martinari, 2010. 401 p
6. SALLUM, A.M.C.; PARANHOS, W. **O enfermeiro e as situações de emergência**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. 835 p

Bibliografia de Referência para o conteúdo Rede Cegonha

1. PORTARIA Nº 3.242/2011. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Dispõe sobre o Fluxograma Laboratorial da Sífilis e a utilização de testes rápidos para triagem da sífilis em situações especiais e apresenta outras recomendações. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3242_30_12_2011.html
2. PORTARIA Nº 2.351/2011 Altera a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Rede Cegonha. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2351_05_10_2011.html
3. PORTARIA Nº 1.459/2011 Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html
4. Brasil. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Institui a Rede de Atenção para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no Âmbito do Sistema Único de Saúde. Portaria nº 3088, de 23/12/11. Disponível em <http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/111276-3088.html>. Brasília 2011.

5. _____MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Caderno de Atenção Básica nº 27. Diretrizes do NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2010
6. _____MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Comissão Intergestores Tripartite. Resolução nº 05 de 19 de Junho de 2013. Dispõe sobre as regras do processo de pactuação de diretrizes, objetivos, metas e indicadores para os anos de 2013-2015, com vistas ao fortalecimento do planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a implementação do Contrato Organizativo da Ação Pública de Saúde (COAP).
7. _____MINISTÉRIO DA SAÚDE. Dispõe sobre o Programa SOS Emergências no âmbito da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1663_06_08_2012.html>. Acesso em 14 dez 2012. Brasília, 2012.
8. _____MINISTÉRIO DA SAÚDE. Institui a Rede de Atenção para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no Âmbito do Sistema Único de Saúde. Portaria nº 3088, de 23/12/11. Disponível em <http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/111276-3088.html>. Brasília 2011.
9. CORDOBA, Elisabete. **SUS e PSF - Sistema único de saúde e estratégia saúde da família**. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2013. 296p.
10. STARFIELD, Barbara. **Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: UNESCO, 2002. 725p.
11. RICCI, Susan Scott. **Enfermagem materno-neonatal e saúde da mulher**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 712p.
12. LOWDERMILK, Deitra Leonard; PERRY, shannon E; CASHION, Kitty; ALDEN, Kathryn Rhodes. **Saúde da mulher e enfermagem obstétrica**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 1024 p

Bibliografia de Referência para o conteúdo de Enfermagem na Atenção Básica

1. _____Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>
2. _____Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama. – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/cab13.pdf>
3. _____Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_37.pdf
4. _____Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015.
5. _____Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf
6. _____Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_36.pdf
7. Instituto Nacional de Câncer (Brasil). Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Divisão de Apoio à Rede de Atenção Oncológica. Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero / Instituto Nacional de Câncer. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Divisão de Apoio à Rede de Atenção Oncológica. – Rio de Janeiro: INCA, 2011.

Bibliografia de Referência para o conteúdo de Nutrição em Atenção Básica

1. Accioly, E.; Saunders, C.; Lacerda, E. A. **Nutrição em Obstetrícia e Pediatria**. 2 ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 2012.
2. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica - obesidade**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/cab38>
3. _____ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf
4. _____ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Série B. Textos Básicos de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/pnan.php>
5. _____ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Orientações para coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde. Norma técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/orientacoes_coleta_analise_dados_antropometricos.pdf
6. _____ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Matriz de Ações de Alimentação e Nutrição na Atenção Básica em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/matriz_alimentacao_nutricao.pdf
7. _____ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN na assistência à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/protocolo_sisvan
8. CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **O Papel do Nutricionista na Atenção Primária à Saúde**. CFN. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.cfn.org.br/eficiente/repositorio/cartilhas/61.pdf>
9. MAHAN, L. K.; ESCOTT-STUMP, S. RAYMOND, J. L. Krause: **Alimentos, Nutrição e Dietoterapia**. 13 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
10. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO Multicentre Growth Reference Study Group: WHO Child Growth Standards: Length/height-for-age, weight-for-age, weight-for-length, weight-for-height and body mass index-for-age: Methods and development**. Geneva: WHO, 2006-2007. Disponível em: http://www.who.int/childgrowth/standards/technical_report/en/

Bibliografia de Referência para o conteúdo de Psicologia em Atenção Básica

1. ANDRADE, J. F. S. de M; SIMON, C. P. Psicologia na atenção primária à saúde: reflexões e implicações práticas. Paideia, maio-ago. 2009, Vol. 19, No. 43, 167-175. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/paideia/v19n43/04.pdf>
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf>
3. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Referências técnicas para a atuação do(a) psicólogo(a) nos Programas de DST e aids Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília, CFP, 2008. Disponível em: http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2010/11/DST_AIDS.pdf
4. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Práticas profissionais de psicólogos e psicólogas a atenção básica à saúde. Brasília: CFP, 2009. Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2011/02/Praticas_ABS.pdf>

5. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas/os em Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013. Disponível em: http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/12/CREPOP_REFERENCIAS_ALCOOL_E_DROGAS_FINAL_10.01.131.pdf
6. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no CAPS Centro de Atenção Psicossocial / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2013. Disponível em: http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2015/09/CREPOP_2013_CAPS.pdf
7. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência / Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2012. Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/05/2013-05-02b-MULHER.pdf>
8. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Como a Psicologia pode contribuir para o avanço do SUS: orientações para gestores. Brasília: CFP/CREPOP, 2013. Disponível em: http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/07/conasems-crepop_grafica4.pdf
9. SPINK, M. J. P. Psicologia Social e saúde: práticas, saberes e sentidos. Petrópolis: Vozes, 2010. (capítulos 1, 2, 4 e 7).
10. STRAUB, R. O. Psicologia da Saúde: uma abordagem biopsicossocial. Porto Alegre: Artmed, 2014. (capítulos 1, 6, 12 e 15).

Bibliografia de Referência para o conteúdo de Enfermagem em Terapia Intensiva

1. AMERICAN HEART ASSOCIATION. Destaques das diretrizes da AHA 2015 para RCP e ACE. Disponível em: http://www.heart.org/idc/groups/heart-public/@wcm/@ecc/documents/downloadable/ucm_317343.pdf
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 07 de 24 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de UTI e dá outras providências: Ministério da Saúde, 2010.
3. _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de vigilância epidemiológica. 7. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
4. _____. Ministério do Trabalho. Norma Regulamentadora 32 (NR-32): Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. Brasília, 2005.
5. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução 358/2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem.
6. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN 311/2007. Aprova a reformulação do Código de Ética de Enfermagem de 2007.
7. FIGUEIREDO, N. M. A. DE; MACHADO, W. C. A; ET. AL. Tratado de Cuidados de Enfermagem Médico Cirúrgico. São Paulo: Roca, 2012.
8. JARVIS, CAROLYN. Exame Físico e Avaliação de Saúde para Enfermagem. 6a Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
9. KURCGANT, Paulina; et al. Gerenciamento em Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
10. LEI N. 7498/1986. Lei do Exercício Profissional.
11. MORTON, PATRÍCIA GONCE. FONTAINE, DORRIE K. Cuidados críticos de enfermagem: uma abordagem holística. 9a Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
12. SALLUM, A.M.C.; PARANHOS, W. **O enfermeiro e as situações de emergência**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. 835 p
13. SUDDARTH, Doris S.; BARE, Brenda G. Brunner – Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 11ª.Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
14. URDEN, Linda Diann te al. Cuidados Intensivos de Enfermagem: Elsevier, 2013. 656p.
15. VIANA, Renata A,P, Sepse para Enfermeiros – as horas de ouro: identificando e cuidando do paciente séptico. São Paulo: editora Atheneu, 2009.

Bibliografia de Referência para o conteúdo de Enfermagem Obstétrica

1. BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria 1459 de 24 de junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha.
2. _____ Ministério da Saúde. Portaria nº 11 de 7 de janeiro de 2015. Redefine as diretrizes para implantação e habilitação de Centro de Parto Normal (CPN), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para o atendimento à mulher e ao recém nascido no momento do parto e do nascimento, em conformidade com o Componente PARTO E NASCIMENTO da Rede Cegonha, e dispõe sobre os respectivos incentivos financeiros de investimento, custeio e custeio mensal.
3. _____ Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 300 p. : il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 26)
4. _____ Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 1. ed. rev. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 318 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, nº 32)
5. _____ Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 124 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 13).
6. _____ Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Protocolo de vigilância e resposta à ocorrência de microcefalia e/ou alterações do sistema nervoso central (SNC)/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
7. _____ Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Caderneta da Gestante. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2016.
8. LOWDERMILK, Deitra Leonard; PERRY, SHANNON E; CASHION, Kitty; ALDEN, Kathryn Rhodes. Saúde da mulher e enfermagem obstétrica. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 1024 p. ISBN 9788535250404

Petrópolis, 01 de novembro de 2016.

Maria Isabel de Sá Earp de Resende Chaves
Faculdade Arthur Sá Earp Neto
Diretora-Geral

Marcus Antônio Curvelo da Silva
Secretaria de Saúde do Município de Petrópolis
Secretário

Antônio Alves Moreira
Serviço Social Autônomo Hospital Alcides Carneiro
Presidente